



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 6998/13 - PRIMEIRA INFÂNCIA			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 0536T/14	DATA: 07/05/2014	
LOCAL: Auditório Nereu Ramos	INÍCIO: 15h12min	TÉRMINO: 18h23min	PÁGINAS: 45

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

VITAL DIDONET - Assessor para Assuntos Legislativos da Rede Nacional Primeira Infância.
SYLVIA NABINGER - Professora da Escola Superior do Ministério Público.
IRENE RIZZINI - Professora da Pontifícia Universidade Católica — PUC do Rio de Janeiro.
HÉLIA BARBOSA - Presidenta da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude — ABMP.
GABY FUJIMOTO - Secretária Executiva da Rede Hemisférica de Legisladores e ex-Legisladores.
ANTÔNIO HENRIQUE DA SILVA - Juiz da Comarca de Jeremoabo, Estado da Bahia.

SUMÁRIO

II Seminário Internacional *Marco Legal da Primeira Infância*.

OBSERVAÇÕES

Houve exibições de imagens.
Há falhas na gravação.
Houve exposição em espanhol sem tradução.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Houve exibição de vídeo.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Borghetti) - Boa tarde a todos. Primeiro, eu gostaria de pedir desculpas pelo atraso. Atrasamos um pouco no período da manhã, mas um momento muito importante. Percebemos daqui da Mesa que ninguém sentiu o atraso, porque o assunto era interessante, o tema tratado, importante. E os dados que pudemos, aqui pela manhã, ouvir e presenciar também foram de extrema importância para a instrução do nosso PL.

Vou reabrir este segundo momento e, de imediato, eu gostaria de passar a palavra à Deputada Maria do Rosário, que será a coordenadora desta Mesa de trabalho. Deixo, então, a palavra com a Deputada, nossa sempre Ministra, que, com certeza, vai abrilhantar este seminário, que já teve um efeito muito positivo, agora, na hora do almoço, não só aqui na Casa, como também junto à imprensa nacional. Realmente esse tema é de interesse de todos nós brasileiros. Construir um futuro melhor para as nossas crianças passa pela primeira infância. Políticas públicas que possam agregar valores e atenção à saúde, educação, direitos humanos, assistência social, desenvolvimento, enfim, são temas que realmente enriquecem este Parlamento.

Quero agradecer mais uma vez aos nossos convidados pela participação, aos que ainda estão conosco, como o Bernardo, que veio lá do México. Observamos a sua dedicação e a vontade também daquele país. Aliás, o México cresceu muito na atenção à criança na primeira infância e serve também, de certa forma, de modelo muito positivo. Quero agradecer também ao nosso Relator, Deputado João Ananias, pela presença.

Convido, então, para vir à Mesa e assumir a direção dos trabalhos, a Deputada Maria do Rosário. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria do Rosário) - Boa tarde, senhoras e senhores.

É um prazer muito grande voltar ao Parlamento. Esta foi a primeira Comissão em que me engajei aqui, a Comissão Especial que trata da primeira infância. Quero cumprimentar a Deputada Cida Borghetti, que preside os trabalhos, o Deputado Osmar Terra, Coordenador e Presidente da Frente Parlamentar, e também o Deputado João Ananias, como Relator. Se V.Exa. quiser me dar a honra de compartilharmos aqui a Mesa, já ficamos lado a lado. Eu acho que seria bom tê-lo



presente à Mesa, sempre uma referência muito importante por tudo que já foi apresentado da sua história e do seu trabalho nesta manhã. É um prazer tê-lo aqui conosco. Mais uma vez, vamos aplaudir nosso Relator. (*Palmas.*)

Antes de convidar os demais integrantes que virão para esta Mesa, quero registrar que nós tivemos um pequeno atraso pela manhã, por conta do conteúdo bastante forte e significativo. Alguns pronunciamentos ficaram para o período da tarde. Então, nós vamos nos reorganizar de forma que possamos, no seminário, ouvir todas as pessoas, porque elas têm muito a dizer, o que é muito importante para o trabalho que está sendo realizado. Eu queria também fazer alguns registros. Primeiro, quando viemos a esta Casa, ao Parlamento, muitas vezes pode-se imaginar que, nessa profusão de iniciativas que ocorrem ao mesmo tempo, os Parlamentares estejam dispersos em várias atividades. Sobre isso há um tanto de verdade, mas eu quero dizer e justificar que, ao mesmo tempo, de alguma forma, todos estamos atentos a este seminário. É uma grande responsabilidade — nós estamos conscientes disso — trabalhar com o tema que aqui foi proposto pelo Deputado Osmar Terra e que está sendo trabalhado pelo conjunto desta Comissão.

Eu sou nova na Comissão, voltei agora da tarefa de Governo, e nela me engajei. Os Parlamentares já estão trabalhando há mais tempo. É uma deferência muito simpática me convidarem para esta Mesa. Mas, em defesa dos Parlamentares, eu quero dizer que, ao mesmo tempo em que a Comissão de Educação, a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Orçamento, o Plenário, que agora está acontecendo, os assessores, os técnicos estão aqui, e tudo isso é gravado, orientado. O Relator observará cada aspecto para a produção da iniciativa legislativa tão importante que está em estudo, para aquela que é a prioridade: a primeira infância.

Então, dito isso, agradecendo mais uma vez à Presidenta da Comissão pela honra que tenho em coordenar esta Mesa, eu quero, Deputados e Deputadas, convidar para esta Mesa o Sr. Vital Didonet, Assessor para Assuntos Legislativos da Rede Nacional Primeira Infância. (*Palmas.*) Dele ouviremos o primeiro pronunciamento. Seja bem-vindo! Convido a Dra. Sylvia Nabinger, que tratará do tema *Cuidando do cuidador: a importância da capacitação dos profissionais*. Ela é consultora internacional, professora da Escola Superior do Ministério Público. Ela é



uma referência no trabalho com direitos da criança e do adolescente em todo o Brasil.

Eu ainda não vi se está conosco neste momento, mas temos a previsão nesta Mesa da presença da Dra. Hélia Barbosa, Presidenta da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude — ABMP. Trata-se da primeira Defensora Pública que preside a associação que reúne também os magistrados e os promotores de justiça. Ela também é uma grande lutadora. Então, se não está conosco, deve estar chegando em seguida.

Quero perguntar se está presente Irene Rizzini. *(Pausa.)* Está já está conosco. *(Palmas.)* Ela é professora e pesquisadora da PUC-Rio e Presidenta do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância. Inúmeros de seus trabalhos já nos orientaram também na defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Eu quero agradecer a S.Sa. e dizer-lhe que estamos honrados em tê-la ao nosso lado.

Quero convidar a Sra. Gaby Fujimoto, Secretária Executiva da Rede Hemisférica de Legisladores e ex-Legisladores para a Primeira Infância. Seja bem-vinda! *(Palmas.)*

Então, formamos a Mesa. Já está conosco Hélia Barbosa, a quem agradecemos pela presença. *(Palmas.)* Ela tem uma trajetória de luta pelas crianças e adolescentes brasileiros.

Planejamos uma Mesa com 15 minutos para cada participante. É um tempo pequeno para contribuição tão significativa que cada um tem oferecido e tem a oferecer. A Comissão também gostaria de, ao ouvi-los, dar o primeiro passo. Então, textos, produções de vocês e dos seus alunos, dos movimentos e organizações que representam, e os posicionamentos são muito bem-vindos para análise do Deputado João Ananias e da Comissão como um todo.

Eu quero fazer uma referência. Hoje à tarde, a Câmara elegerá seu 1º Vice-Presidente. Então, é possível que o Deputado João Ananias, eu mesmo, a Deputada Cida e outros Parlamentares não possamos ficar durante todo o tempo, porque temos a responsabilidade de oferecer nosso voto no plenário da Casa. E o voto é nominal e secreto. Nós temos que ir a uma cabine, o processo meio complexo.



Eu já queria combinar que, na nossa ausência, se todos concordarmos, Vital Didonet será chamado a assumir os trabalhos. Eu não o consultei, mas, na medida em que ele está realizando os estudos e nos apoiando, apoiando o Deputado João Ananias e a Comissão, pediremos que assuma os trabalhos na nossa ausência. Então, depois, quando sairmos, Vital está intimado como Deputado *ad hoc*, reconhecido por esta Casa e por todos nós. Eu acredito que estaremos em boas mãos também no momento de preparação do relatório que teremos, porque ele está trabalhando efetivamente conosco e com o Deputado João Ananias.

Então, Vital, está combinado?

O SR. VITAL DIDONET - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria do Rosário) - Vou passar a palavra inicialmente ao Vital, para que fale em seus 15 minutos e, depois, possamos incorporá-lo como nosso Coordenador *ad hoc*, se necessário.

O SR. VITAL DIDONET - Muito obrigado, Deputada Maria do Rosário.

Boa tarde a todos, a todas e aos meus colegas de Mesa.

Primeiro, quero dizer que estou muito honrado de estar em uma Mesa presidida pela ex-Ministra Maria do Rosário, Deputada Federal de outras legislaturas e que, para enriquecimento do Congresso, retornou nesse período do ano a esta Casa. Nós temos uma ligação muito grande com Maria do Rosário na Secretaria de Direitos Humanos, porque o Plano Nacional pela Primeira Infância foi aprovado pelo CONANDA quando Maria do Rosário era Ministra. Ela o acolheu de braços abertos como um plano que traz um avanço importante para as políticas públicas voltadas para a primeira infância, que foi elaborado com participação da sociedade civil e das organizações governamentais.

Eu fiz esta introdução para colocar o tema que nós, tanto a Sylvia como eu, deveríamos ter falado na parte da manhã, que são os avanços e os desafios que o Brasil enfrenta em relação às políticas para crianças de até 6 anos de idade. Então, eu situei a aprovação do plano e vou voltar a esse tema depois.

Igualmente, é uma alegria estar ao lado do Deputado João Ananias, que é o Relator da Comissão Especial que analisa o projeto de lei que pretende dar um avanço na legislação específica para as crianças de zero a 6 anos na presença das políticas públicas.



(Segue-se exibição de imagens.)

Vou me manter dentro dos 15 minutos, para vocês compreenderem mais facilmente e eu poder correr na exposição. Quero só marcar o que são os avanços que a gente, que trabalha na área há vários anos, tem consciência de que existem, foram conquistados e, de certa forma, estão consolidados na sociedade brasileira.

Primeiro, uma consciência social sobre a criança. Houve um avanço muito grande no modo de olhar para a primeira infância, de olhar para as crianças como sujeitos de direito. Isso começou na Constituinte, confirmou-se na Constituição, estabilizou-se e detalhou-se no Estatuto da Criança e do Adolescente e, depois, nas leis setoriais. Mas isso é resultado de uma consciência social. Agora há um olhar diferente para a criança, o qual ainda não está consolidado definitivamente. Há riscos de retrocesso, há também olhares deturpados. Mas, de qualquer forma, nós podemos constatar que a sociedade brasileira já tem presente na sua consciência de nação que as crianças são pessoas cidadãs, sujeitos de direito e têm que ser atendidas tanto pela família, como pelas políticas públicas e pela sociedade.

A legislação avançou bastante também. Eu citei a Constituição, o ECA e as leis setoriais. Nós não podemos entrar nos detalhes, mas sabemos que o Brasil tem uma das legislações mais avançadas na área dos direitos da criança e do adolescente, em que a criança de zero a 6 anos está incluída. Existe um projeto de lei para dar um passo à frente no que se refere especificamente àquele período inicial da vida, dada a sua relevância e especificidade, porque ela é diferente de uma criança de 8, 10, 12 anos ou de um adolescente, cuja idade vai até 18 anos.

Um avanço nas políticas públicas. Não é tão recente, mas é claro que o Brasil já tem políticas boas nas áreas da educação, da saúde, da assistência social; está formulando políticas nas áreas da cultura, do esporte, mas no que se refere à criança pequena, nós temos boas políticas. Há falhas, sim, porque uma não dialoga com outra, mas depois vou falar sobre os desafios. Temos planos também de Governos Federal, Estadual e Municipal que há 20 anos não tínhamos.

Ações municipais. Milhares de Municípios estão trabalhando pela primeira infância. Aqui está presente uma colega, membro da Rede Nacional Primeira Infância e que faz parte da Fundação Abrinq. A Fundação tem o Programa Prefeito Amigo da Criança e o Projeto Creche para todas as Crianças, que está estimulando



os Municípios. Milhares de Municípios brasileiros já estão conscientes de que lhes compete formular planos e programas para a primeira infância.

Organizações sociais. Praticamente todos os assuntos da criança, de interesse da primeira infância, encontram uma organização, ou duas, ou três, ou centenas pensando nela. Quando nós formamos a Rede Nacional Primeira Infância, nós começamos com 17; hoje, nós estamos com 140. Vou voltar ao assunto depois, mas vejam como houve crescimento de interesse da sociedade em participar dos assuntos que digam respeito aos direitos da criança pequena. Nós temos organizações nas áreas da saúde, da cultura, do esporte, da proteção contra a violência, da defesa da educação infantil — talvez uma das mais amplas seja essa.

Participação social. A sociedade quer participar, não está de braços cruzados, não fica esperando o Governo. Tem gente que cobra, que fiscaliza, que reclama. Pressão social existe. Claro que outros setores recebem mais pressão social e muitas vezes passam na frente na questão das verbas e das prioridades governamentais, mas, quanto mais participação social a gente tiver, mais pressão nós vamos conseguir fazer frente às outras demandas, que também são importantes mas não tão importantes como a primeira infância.

A atuação do Ministério Público é uma ação basicamente dos últimos anos. Esta aqui Hélia Barbosa, Presidente da ABMP, uma grande amiga da Rede Nacional Primeira Infância, uma defensora dessa prioridade para a primeira infância, que tem promovido vários seminários e discussões nacionais e regionais. Inclusive, ela tem planos, depois certamente falará sobre isso, de como desenvolver mais a sensibilidade e o conhecimento nos operadores do Direito sobre o que é a especificidade da primeira infância. O Ministério Público tem sido uma força desagradável para alguns Prefeitos ou Secretários municipais, porque faz a cobrança da vaga, do atendimento. Mas, aos poucos, vê-se que são dois aliados: um que defende o direito e outro que faz tudo para que ele seja cumprido.

A presença do tema da primeira infância aqui no Congresso Nacional por meio da Frente Parlamentar da Primeira Infância já foi bastante mencionada na parte da manhã.

Eu não anotei aqui, mas guardem na memória o avanço acadêmico no estudo, nas pesquisas, na produção científica. A Irene é conhecedora e uma das



grandes pesquisadoras dessa área, que recolhe as pesquisas e as disponibiliza para a sociedade. Nós temos muita pesquisa brasileira. Ainda está faltando uma quantidade, mas há interesse da sociedade acadêmica, do ambiente acadêmico, dos pesquisadores em fazer teses de mestrados, de doutorados, pesquisas nessa área e, conseqüentemente, produção bibliográfica. Numa livraria já se encontra muita coisa sobre a primeira infância.

Vou falar sentado, a pedido da televisão, para facilitar a transmissão que está sendo feita ao vivo.

Desafios. Aperfeiçoar o olhar para ver a especificidade da criança pequena. A maioria das pessoas no Brasil ainda têm óculos para enxergar o geral, a criança genérica, como se fosse todo mundo igual: criança é criança. Criança é criança, mas cada é uma é uma, insubstituível e única, é um mistério em si mesma. Se não tivermos esse olhar, teremos ações genéricas que não atendem àquilo que é específico da criança.

Outro grande desafio é enxergar a diversidade das crianças e das infâncias. É diferente a criança ribeirinha da Amazônia, a do Agreste, a criança dos Pampas do sul, a criança do Pantanal ou de uma cidade litorânea. Ouvimos a palestra do Sr. Jack Shonkoff, que falou o quanto o ambiente determina, ou influi, condiciona o desenvolvimento infantil. E os ambientes, no Brasil, são muito diversos. Se nós não prestarmos atenção à diversidade, nós não vamos ser efetivos. Então, é importante enfrentar esse desafio.

Outro desafio é universalizar o atendimento, chegando à periferia social e geográfica, porque nós temos muitas crianças esquecidas, as mais excluídas.

Ainda como desafio, é preciso articular as instituições dos diferentes setores. Existem muitas organizações na sociedade brasileira, mas poucas dialogam entre si. Hoje, pela manhã, Paulo Bonilha, do Ministério da Saúde, falou na iniciativa de vários Ministérios de criarem uma portaria sobre a intersetorialidade. Nós estamos fazendo na Rede Nacional Primeira Infância um trabalho nesse sentido, para chegar até os Prefeitos, mostrando, de forma bem simples, como eles podem articular educação, saúde, assistência, esporte, cultura, segurança pública, cuidados com o meio ambiente, etc., numa perspectiva holística da criança.



Sedimentar ações de longa duração também é desafio. Quem trabalha no Município sabe que um Prefeito não dá continuidade ao trabalho do outro. Às vezes o Governador também não dá, e às vezes o Governo Federal também não dá. É muito patente que a secretaria de um governo não dá sequência ao trabalho que a outra secretaria vinha fazendo. Então, essa continuidade é fundamental, daí porque eu vou dizer como vamos enfrentar isso no exemplo que vou citar.

E, finalmente, é importante incluir a criança como sujeito participante. A criança é capaz, a criança tem o que dizer, a criança sabe das coisas, ela está atenta com tudo o que passa ao seu redor. Nós pensamos que ela não está nem aí, mas se você cria condições de escuta adequadas, ela vai contribuir imensamente para um olhar mais adequado à forma de atender a criança. Eu também vou citar um exemplo em seguida.

Agora, a terceira parte da minha rápida fala é um exemplo concreto de avanço e de enfrentamento dos desafios.

Isso aqui é a Rede Nacional Primeira Infância. Há 5 anos, um grupo de organizações teve a ideia de se articular para trabalhar pela primeira infância no Brasil. Começamos com 17 organizações e fomos crescendo. Quando nós tínhamos umas 40, formamos a Rede Nacional Primeira Infância, e hoje nós somos 150 organizações: organizações do Governo, Ministérios da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento Social, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Assuntos Estratégicos, três organismos internacionais, como UNICEF — Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e Organização Pan-Americana da Saúde, seis universidades federais, vários institutos de pesquisa, fundações, associações comunitárias, organizações de profissionais, redes, enfim, chegam a 140.

Há uma diversidade nos temas, no estilo das instituições e na dimensão das organizações, algumas delas locais e pequeninhas, que cuidam de associações comunitárias, e outras que são redes, como a UNDIME — União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, que coordena todos os 5.570 Secretários Municipais de Educação.

A Rede é uma novidade, e, pelo fato de termos todas essas organizações, cada uma traz o seu olhar, a sua sensibilidade, as suas preocupações e a



percepção de um problema ou de uma solução. E, quando colocamos isso em conjunto, entendemos mais quem é a criança, quais as suas necessidades que nós precisamos atender de forma prioritária.

Aqui estão hoje presentes 16 organizações da Rede Nacional Primeira Infância neste congresso, pessoas com as quais eu encontrei.

A segunda coisa em termos de avanço, como exemplo concreto, e que, de certa forma, enfrenta os desafios, é o Plano Nacional Primeira Infância. Nós temos planos de educação, planos de saúde, planos de desenvolvimento social, planos de cultura, planos disso e daquilo, mas não temos um plano que articule essas diferentes visões e essas diferentes ações.

Então, surgiu a ideia de juntar essas visões dos diferentes planos em um único plano, não para eliminá-los, mas para dar uma visão de articulação e de integração. E foi interessante que, nesse momento, quando colocamos tudo em conjunto, percebemos que tinha buracos, falhas. Começamos a ver quem cuida da educação, quem cuida da saúde. E aquele outro direito? Ninguém está cuidando. Então, no Plano Nacional, nós percebemos essas lacunas e as preenchemos com propostas formuladas no contexto do debate com as organizações que acompanham a Rede.

Esse plano tem uma perspectiva de longo prazo até 2022. Ele começou em 2010, portanto, é um plano de 12 anos. O mais importante nisso, além de tratar todos os direitos da criança de forma articulada, com visão de longo prazo, é a concepção daqueles princípios que definem criança sujeito. Claro que aceitamos que é importante do ponto de vista econômico, de investimento na Primeira Infância para o futuro — claro que é importante. No entanto, seja ou não produtiva no futuro, a criança hoje tem direito à educação, cuidado, carinho, vínculos afetivos, porque ela é uma pessoinha, é um ser humano, independente de dar ou não bom resultado mais tarde.

Nós não brincamos com a criança porque brincar vai desenvolver a sua habilidade de pensamento e resolver problemas futuros. Nós brincamos com a criança porque brincar é gostoso. A criança brinca porque é a natureza dela brincar, porque brincar faz parte da existência infantil, e assim por diante. Todas as ações



voltadas para a criança partem do direito, e esse é um ponto crucial do Plano Nacional Primeira Infância.

Outro elemento importante que eu falei é sobre a articulação dos Estados com os órgãos e da União com Estados e Municípios. O Plano Nacional Primeira Infância prevê que Estados e Municípios elaborem os seus planos, e, para isso, a Rede fez este documento aqui chamado de *Guia para a Elaboração de Planos Municipais pela Primeira Infância*. Hoje de manhã, o Paulo Bonilha mencionou que centenas de Municípios que ele conhece já estão elaborando esses planos. Estou trazendo aqui exemplos do Plano do Distrito Federal, o Plano Distrital pela Primeira Infância, que foi elaborado já no contexto do Plano Nacional, e do Plano Municipal pela Primeira Infância de Nova Iguaçu.

Como eu disse antes — e já estou chegando ao final da minha fala —, a criança é sujeito de direitos, e um dos direitos da criança é o direito de participar de tudo aquilo que lhe diz respeito. Isso está previsto na Convenção dos Direitos da Criança da ONU — Organização das Nações Unidas. Então, a criança tem direito à participação. E como podemos chamar a criança para participar da formulação de políticas públicas? Tudo bem que adolescente sabe opinar, criticar, propor e pressionar, mas uma criança de 3, 4 ou 5 anos? O que ela sabe dizer sobre políticas públicas? Com técnicas adequadas, de brincadeira, de roda, de desenho, de historinha — e, com uma câmera fotográfica, ela pode fotografar o que ela vê de bonito e de feio ao redor dela, e conversar sobre isso —, nós fomos ouvindo a criança e captando coisas extraordinárias.

Aqui temos uma colega do CECIP, que é membro da Rede. Temos um documento do CECIP — Centro de Criação de Imagem Popular, cujo título é: *Vamos ouvir as crianças?* Durante a elaboração do Plano, nós ouvimos as crianças. Então, o tema era: *O que a criança não pode ficar sem?* Vocês encontram no *site* da Rede esse documento que mostra como a pesquisa foi montada e quais são as técnicas que utilizamos para isso.

Finalmente, terminado o Plano, nós ouvimos as crianças novamente, e a frase que mais elas usavam era a seguinte: *“Deixa eu falar, deixa eu falar!”*. Elas estão loucas para dizer, e não falam só sobre aquilo que a gente pensa que criança fala. Elas falam sobre polícia, segurança, briga dos pais, brinquedo, televisão, comida,



dormir, sono, casa, cidade, etc. Elas falam tantas coisas! Aqui tem um pôster da Secretaria da Criança do Distrito Federal, que traz algumas frases das crianças em relação a quatro temas. Quem tiver tempo, dê uma olhadinha para ver como foi interessante.

O Plano do Distrito Federal colocou como primeira parte do Plano exatamente as falas das crianças, e, com base nisso, eles definiram depois as políticas. Claro que a função técnica é fundamental, é uma mediação de quem conhece política, de quem conhece viabilidade e exequibilidade das coisas e coloca isso dentro de uma formulação técnica. Mas o rosto da criança está presente aí.

Uma das coisas que nós usamos nesse Plano Nacional Primeira Infância é que aqui tem que ser visto o rosto da criança. Quando trabalhamos em políticas públicas, não estamos defendendo uma economia, uma imagem do País, estamos defendendo uma pessoa humana, um ser humano. É o rosto da criança que é fundamental.

Eu acho que o avanço que nós temos constatado no Brasil tem a ver com essa sensibilidade para com o ser humano que é pequenininho, que está crescendo, mas que é tão cidadão quanto nós adultos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Borghetti) - Muito obrigada, Vital Didonet. Estamos justamente neste seminário, do ponto de vista legislativo, aperfeiçoando o nosso olhar para a especificidade da criança pequena no Brasil e para o significado do que é ser criança pequena em cada lugar do Brasil, diferenciado, ainda que com direitos que a legislação e as políticas públicas devem assegurar como um todo.

Então, essa ideia da sensibilização é da Frente Parlamentar e desse trabalho aqui no Parlamento.

Muito obrigada, Vital.

Eu passo a palavra agora à Dra. Sylvia Nabinger, para tratar do tema *Cuidando do cuidador*. S.Sa. prefere falar da tribuna. Vou avisar quando faltarem mais ou menos 2 minutos.



A SRA. SYLVIA NABINGER - Boa tarde a todos e a todas. É um prazer estar aqui neste momento único. Encontro essas pessoas há muitos anos; parece que o grupo é sempre o mesmo. Estamos envelhecendo juntos.

Tive a oportunidade de conhecer a Deputada Maria do Rosário quando era muito menina ainda. Eu já sentia admiração por ela, porque, tão jovem, já dizia coisas tão importantes. Já se passaram 40 anos da minha atividade profissional. Era apenas uma estudante e hoje eu sou avó. Achei que em poucos anos resolveríamos tudo, que era uma questão de boa vontade. Eu precisei ter — e ainda preciso ter — muita paciência, porque realmente o processo é muito lento. Trata-se de mudança mental, mudança de funcionamento psíquico, e o trabalho tem de ser feito casa por casa. Nem todos vivemos do mesmo jeito.

Muito obrigada por fazer este encontro tão importante para o País, de tanto impacto e com tantas pessoas interessantes que realmente vão fazer a diferença. Obrigada por me permitirem estar aqui hoje.

Eu queria trazer um pouco da minha experiência no Rio Grande do Sul. Sou assistente social, aposentada do Juizado da Infância de Porto Alegre. O Judiciário tem um papel muito importante na questão da infância, principalmente nas varas — no início chamadas Varas de Menores, porque menor é uma coisa pequena, sem importância —, hoje chamadas Varas da Infância. Fiz o meu doutorado em Direito de Família para poder sensibilizar os meus iguais, vamos dizer assim — os operadores da Justiça —, na questão da infância, mas me dei conta rapidamente de que isso era muito pouco. Por isso, comecei a trabalhar com o Deputado Osmar Terra. Na época, criamos o Instituto Zero a Três, e começou a nossa militância já nas políticas públicas. Foi assim que, aos poucos, fomos trazendo o PIM para o Rio Grande do Sul, o Primeira Infância Melhor, nos conectando com os outros países latino-americanos, com os países europeus e muito lentamente avançando.

Precisei esperar me aposentar para realmente me dedicar com mais cuidado à importância da prevenção precoce e não como estava antes, lá na ponta, recebendo as consequências.

Então, hoje temos uma OSCIP que se chama Acolher, que está cuidando dos cuidadores, entendendo que não se pode cuidar se a pessoa não é cuidada. Por isso essa delicadeza com os cuidadores, que foram deixados em segundo plano,



toda essa quantidade de pessoas que trabalham nos Centros de Atenção Psicossocial — CAPS, que trabalham na educação infantil, que trabalham nos abrigos, que são tão desprestigiados, que não são vistos pela sociedade, que às vezes seus salários são muito baixos e eles passam a ter os mesmos problemas que as crianças de que cuidam.

Esse olhar da sociedade precisa mudar com urgência, porque as crianças não estão indo para a educação infantil para ser entretidas, alimentadas ou higienizadas somente. Elas precisam mesmo é de cuidados. E é disso que eu quero falar, dessa experiência que nós estamos tendo no Rio Grande do Sul e, principalmente, focando na faixa etária de zero a 3 anos.

É claro que se trabalha na faixa etária de zero a 6 anos, mas nós nos demos conta de que a faixa etária de zero a 3 anos é ainda mais frágil, porque tudo o que nós sabemos do descobrimento da arquitetura cerebral, como foi colocado hoje de manhã, é que a formação do apego e o ambiente como facilitador desses cuidados são primordiais.

Esses 3 primeiros anos de vida vão fortalecer os vínculos de confiança, que vão ser a base do sujeito para o estabelecimento das relações, tanto internas quanto externas.

Mas hoje as crianças estão indo para a educação infantil muito precocemente — muitas, logo após o nascimento. Esse papel foi delegado aos cuidadores, e esse vínculo de confiança, às vezes, não é fortalecido, e são repassados para esses educadores extensão e proteção de estabelecimento de cuidados básicos e afetivos.

Nós nos demos conta de que as crianças estão indo para esses estabelecimentos coletivos e estão sendo cuidadas de uma forma sem cuidado, apenas se alimentando e fazendo tudo de um jeito muito rápido e, por vezes, muito brusco.

Nós encontramos a filosofia da Emmi Pikler, pediatra húngara que formou um abrigo depois da guerra, que tem uma forma excepcional de ensinar a cuidar das crianças pequenas.

Nós fomos atrás desse conhecimento. Duas turmas — o pessoal aqui de Brasília, do Aconchego, também está fazendo parte das nossas formações — já foram à Hungria para olhar esse cuidado detalhado do bebê.



Estamos aprendendo a ensinar para esses educadores, que, muitas vezes, cumprem funções de cuidados porque a Prefeitura os contrata sem saber que eles iam cuidar de crianças. Eles passaram em um concurso da Prefeitura, mas não imaginavam que iam cuidar de crianças em uma escola de educação infantil.

A filosofia da Emmi Pikler é baseada num ambiente previsível — coisa que muito poucas escolas têm, pois constantemente estão mudando —, numa segurança afetiva — são sempre os mesmos cuidadores para um mesmo grupo de crianças — e numa tentativa de saber observar — aprender a observar os bebês, que não fazem nada para a maioria das pessoas, é toda uma formação detalhada dos cuidados — através de como olhar, como tocar e como falar com o bebê.

Nós vimos, nas escolas de educação infantil, por exemplo, que as posturas da criança são adiantadas. Reparem neste eslaide que é muito comum colocar almofadas, calças *jeans* com enchimentos para eles ficarem sentados, andadores, lançar ao vazio a criança que ainda não tem condições de caminhar.

Nós percebemos que adiantar as posturas é adiantar os fracassos. Por que não deixar a criança se desenvolver no seu tempo? Se ela vai se sentar, caminhar mais tarde ou precocemente, não faz diferença, desde que seja sua a motivação. Não há coisa pior para um sujeito do que ser colocado numa postura que ele não pode assumir — se eu estou em desequilíbrio, se eu estou com uma perna levantada e preciso falar agora aqui, vou prestar atenção à minha perna e vou me desorganizar. Vai do movimento ao pensamento. Se eu exijo constantemente dessa criança fazer coisas que ela não pode ainda fazer, eu a estou pressionando, eu a estou estressando, e eu não a estou ajudando a fazer outra coisa muito importante, que é a formação da autonomia, e não da dependência do adulto.

Então, o que nós vimos? Eu trouxe só duas observações: nós vamos trabalhar com a SMED de Porto Alegre, porque o Prefeito nos permitiu fazer uma experiência com algumas escolas, e foi fascinante. Por quê? Porque as cuidadoras do berçário da Escola Santa Rosa, de Porto Alegre, que fica numa vila, faziam a troca de fraldas de forma automática, e isso é feito por elas depois da formação, sob o comando do adulto, cumprindo a tarefa, com hora marcada, de forma apressada, o bebê é pego de surpresa, sem contato visual nem verbal, é algo completamente impessoal. Ou seja, como um lava-a-jato. Então, em vez de dividirem o grupo, todo



mundo cuida de todo mundo. São 20 crianças e três cuidadoras. Em vez de dividir as 20 pelas três, há uma professora, a pedagoga, e as duas auxiliares. As duas auxiliares fazem o trabalho de alimentar as crianças e de trocar as fraldas. Isso porque esses seriam trabalhos inferiores. Isso é um absurdo, porque o trabalho com o bebê é com o corpo, é todo sensorial. Essas marcas, como explicou hoje de manhã o professor convidado, vão ficar para sempre. Se eu não faço a interação adequada, se eu não olho para ele, faço tudo rápido, não posso esperar, então. Assim eram as trocas de fraldas: sem nenhuma interação, o bebê olhando para o lado, ela sem falar e olhando para o outro, e de forma muito rápida.

A alimentação — e eu não vou falar sobre o sono aqui, porque não dá tempo —: os bebês estavam em cadeiras altas, dispostas e encostadas na parede, uma do lado da outra, os adultos em pé, deslocando-se em uma determinada sequência do bebê para dar a comida rapidamente, sem permissão da criança. Mexer na comida com as mãos, nem pensar, porque elas não podem se sujar! Os espaços para brinquedos: em todas as escolas, quando a gente entra, percebe que estão todos arrumados. Não podem estar arrumados! Os brinquedos têm que estar no chão, espalhados! Mas elas colocam os brinquedos em cima, para eles não mexerem, e, seguindo o plano pedagógico dizem: “*Hora do Brinquedo!*” Descem a sacola, as crianças se viram, brincam um pouco, correm, e 3 minutos depois estão entediadas. Aí começam as mordidas entre elas, começam as agressões. Eles não sabem manejar, porque está tudo errado.

O que foi feito? Um plano de ação para melhorar a comunicação afetiva, respeitar o tempo do bebê, saber observar o bebê e deixar que essas ações venham dele próprio. Ora, que sujeitos nós queremos? Nós queremos pessoas que imitam constantemente os outros ou queremos seres pensantes, ativos e criativos?

Reparem a diferença: na mesma escola, vejam como mudou a troca de fraldas, com interação, com fala. E elas agora acham que há tempo. Ou seja, antes — chegaram a contabilizar — eram 35 segundos o tempo recorde para trocar fralda. Hoje elas estão levando 5 minutos, mas 5 minutos de qualidade. E é essa qualidade que vai fazer a diferença. Porque se a criança passa 12 horas, 12 meses por ano dentro da escola, nós precisamos perguntar se é essa qualidade que nós queremos ou se nós queremos que realmente essas crianças se tornem sujeitos pensantes.



Reparem como era, antes, a comida, como eu mostrei. O que se fez? Dividiram-se os grupos, baixaram-se os cadeirões, colocaram-se mesas para os mais velhos, e os pequenos continuam, mas com uma única cuidadora, devagar, no tempo deles. Mudou completamente a forma de olhar essa criança, que, como o colega acabou de falar, é um sujeito de direito e não um objeto com tubo digestivo que eu alimento como se estivesse atirando milho para as galinhas. É um tempo sem pressa para comer. Afinal, catar grão por grão leva tempo.

As cadeiras baixaram, reparem. (*Palmas.*) E os jogos foram colocados nos seus devidos lugares, ao alcance dos bebês, no chão, de uma maneira interessante. Por quê? Esses jogos ficam à disposição deles, organizados pelas cuidadoras, mas de uma forma que convide as crianças a brincar e a interagir, fazendo as suas próprias escolhas. E não como nós víamos antes: as cuidadoras sentadas na frente dos bebês, com brinquedos caríssimos. Era só um. Ela empilhava os brinquedos. Parecia que ela estava brincando e as crianças todas olhando. Os brinquedos têm que ser simples, práticos, leves.

E assim nós conseguimos construir, de uma forma impressionante, a diferença dessas mãos, pois o primeiro contato do bebê, quando ele vem ao mundo, é através das mãos. Se essas mãos são a primeira relação com este mundo, que diferente é a imagem do mundo se são mãos tranquilas, pacientes, cuidadosas e, ao mesmo tempo, seguras e decididas.

Muito obrigada. Espero que tenham aproveitado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Borghetti) - Quero agradecer à Dra. Sylvia Nabinger, porque realmente foi um posicionamento muito rápido, mas emocionante.

Gostaria de fazer aqui um destaque: tenho uma preocupação muito forte para compartilhar com este grupo, inclusive com os Parlamentares e com os demais painelistas. Sylvia apresentou aqui a realidade da escola, o direito à escola e a qualidade da escola a que a criança tem direito. E eu fiquei pensando sobre o olhar necessário, também, a uma instituição, que são as instituições de acolhimento às crianças que estão longe das suas famílias. Muitas vezes essas crianças ficam não 12 horas, mas 24 horas dentro da instituição. E nós temos ainda os plantões, em razão dos quais a criança não vê aquele mesmo cuidador por 2 dias seguidos, por



duas noites seguidas, e não sabe quem estará com ela — o bebê não sabe com quem vai estar, qual é o cheiro, qual é a pessoa, qual é rosto, qual é o olhar, por duas ou três noites seguidas. Os cuidadores são trocados a todo tempo. E a questão dos brinquedos, da alimentação e tudo o mais, é muito essa noção da fábrica, mesmo.

Eu tomei isso para a escola e para todas as instituições, especialmente para aquelas onde as crianças estão longe das suas famílias e precisam muito desse olhar importante que foi apresentado aqui.

A SRA. SYLVIA NABINGER - Algumas das imagens são dos abrigos, porque há uma coreografia de cuidados, para todas as cuidadoras cuidarem do mesmo jeito. Exatamente por isso, o que a Maria do Rosário acabou de dizer, porque cada uma cuida de um jeito — uma puxa por um braço, depois outra puxa pelo outro. E a criança é sempre a mesma, e os turnos são diferentes. É isso que nós queremos? É o que nós precisamos discutir aqui com vocês.

Muito obrigada pela oportunidade — de verdade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Borghetti) - Eu é que agradeço. Acho que todos nós agradecemos muito. (*Palmas.*)

Vamos agora para a segunda etapa, já com os painelistas do turno da tarde. Convido todos a permanecerem aqui conosco.

Passo a palavra à Profa. Irene Rizzini. Depois à Hélia Barbosa e à Gaby Fujimoto.

Com a palavra a Profa. Irene Rizzini.

A SRA. IRENE RIZZINI - Obrigada. Na pessoa da nossa Coordenadora, Maria do Rosário, eu agradeço a todos os participantes da Mesa e à organização deste evento, que nos possibilita, talvez debatendo, firmar melhor os nossos propósitos.

Eu venho do Rio de Janeiro. É uma trajetória de 30 anos na esfera acadêmica e na militância. Acho que começo dizendo de que lugar eu falo, aproveitando a riqueza do que escutamos desde a parte da manhã do dia de hoje.

Eu comecei todo o meu trabalho dentro das grandes instituições, dos orfanatos no Brasil. Nos anos 1970 e 1980, tínhamos orfanatos com 3 mil, com 5 mil crianças, que não eram órfãs. Eu era apenas uma adolescente quando comecei a



trabalhar lá e muito me chocou o fato de aquelas crianças e adolescentes terem pais, mães, avós. Elas se lembravam deles, mas não tinham sequer... Nem direito se falava disso, obviamente, porque ainda se estava muito atrelado ao tempo da ditadura militar, da repressão, do medo da verdade, do medo da expressão, do verbo.

Nos anos 1980, nós tínhamos uma total falta de consciência do que se passava no País em relação a 50% da população, abaixo dos 18 anos.

E foi ali que eu decidi uma carreira — primeiro como psicóloga e depois como socióloga —, decidi entrar na esfera acadêmica no sentido mesmo de pensar formas de utilização da informação e da pesquisa para subsidiar políticas públicas, para fazer o que nós estamos fazendo hoje aqui: expor experiências diversas, experiências internacionais, pensar juntos, parar, avaliar, refletir.

E hoje, desde a parte da manhã, nós escutamos, com bastante ênfase — não mais precisamos ser convencidos disso —, falar da importância da atuação enquanto a criança é pequenina. Não é só porque de pequenino é que se torce o pepino, mas é porque de pequeno se apreende o mundo e, depois, doa-se ao mundo aquilo que se recebeu. E nós ouvimos isso do Prof. Jack Shonkoff. Ouvimos muito fortemente o que acontece quando atuamos de maneira positiva ou negativa nos primeiros anos de vida. Depois escutamos também sobre os avanços. Ouvimos o Vital, um grande líder da Rede Nacional da Primeira Infância, que tem tido uma força importante para o Brasil, porque congrega ações, fazeres e reflexões de campos diversos, intersetoriais e multidisciplinares. Nós escutamos bastante sobre os avanços do Marco Legal, porque o Brasil tem sido protagonista nesse sentido para o resto do mundo. E também ouvimos um pouco sobre os desafios. Isso não nos falta. Nós, brasileiros, estamos sempre com os gargalos, vendo as dificuldades. Como os obstáculos são grandes! Mas isso não afeta somente os brasileiros, obviamente.

Eu parto, na minha própria carreira, de um estudo de muitos anos sobre a História do Brasil e a história da criança na História do Brasil. Foram 15 anos de dedicação ao estudo da História, que começou até mesmo por uma curiosidade ao sair de um período de profunda repressão e descobrir o que se passava nos bastidores do País, nos calabouços, nos arquivos fantásticos, desde o século XIX,



sobre a história da assistência à infância no Brasil. E foi ali que eu fui mergulhando nessa história.

Por isso, Sylvia, eu acho que, mais do que ter paciência, é preciso entender esse processo bastante lento por sua natureza — ao contrário, a minha percepção é de que nós fomos bastante rápidos, até pela história dos 20 anos de ditadura e pela grande vontade de participação, com muitas frustrações. Fomos com muita sede ao pote. Mas temos avançado de maneira rápida demais em certo sentido, o que tem causado alguns espantos, alguns medos e alguns retrocessos.

Na esfera, por exemplo, do art. 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre participação infantil, nós temos muitas questões obscuras, que causam desconforto. A própria questão da diferença geracional, a ideia de que uma criança é sujeito de direitos. Isso se confunde com crianças tendo vontade própria. Fica mais difícil disciplinar, porque nós temos uma cultura que, se não superarmos, não vamos realmente conseguir mudar essa forma de tratar desumanizada.

E, por fim, a Sylvia trouxe uma dimensão à qual eu iria me ater mais e agora posso deixar, que é a questão da humanização do cuidado, a amorosidade no cuidado, os detalhes da especificidade quando se trata de um ser no início de sua vida, que está recebendo muito rapidamente todas as informações e, de alguma forma, processando essas informações que vão conduzi-la para o resto da vida.

Esse preâmbulo é mais para situar que nós temos um grande desafio: a superação de uma cultura tutelar forte, que marca a nossa história de assistência. Essa tutela pesou muito sobre as instituições que tiveram em suas mãos o poder de definir políticas no passado de forma hierárquica, autoritária. E há ainda um resquício que nós estamos tentando superar através dos conselhos, dos fóruns de direito, da participação popular, da participação das crianças e dos adolescentes, da sociedade civil trabalhando em paridade com o Governo. Claro que tudo isso é difícil, é novo, e também não acontece na maior parte dos países.

Então, por um lado, há a necessidade de superação de uma cultura tutelar, e, de outro, de uma cultura correcional asilar, que é o que a história nos ensina, de punição a quem errou, seja essa pessoa um adolescente, de culpabilização da família — *“não, a família é culpada, não soube educar”*. Ou o problema é a



instituição? Então, são superações importantes que nós vamos processando neste momento para, de fato, falarmos de uma cultura mais humanizada e humanizadora, mais amorosa, que nos permita ser competentes na formulação de políticas dentro de um sistema democrático participativo e criar com competência sistemas de monitoramento que sejam para valer. Quem tem que fazer o quê deve fazer e ter competência para fazer no sentido humano também. Não podemos ter torturadores dentro de instituições que se dizem instituições de cuidado. (*Palmas.*) E eu não estou falando só do sistema socioeducativo, estou falando das creches, estou falando dos sistemas substitutos, que antigamente recaiam sobre a família e que, obviamente, não podem estar somente nas mãos dos familiares, sobretudo no século XXI, no tempo em que nós vivemos, com as práticas que nós vivemos no contexto urbano em que, com frequência, as pessoas levam 4 horas por dia para chegar e voltar do trabalho, e as crianças têm que estar em algum lugar.

Isso vai ficar doado aqui, porque, obviamente, o tempo é muito curto para tudo. O que eu estou falando e apresentando aqui não está só nesses eslaides, está também no *site* do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância — www.ciespi.org.br —, da PUC Rio, minha base institucional de trabalho. Inclusive o chamado ambiente da primeira infância, que é a nossa plataforma de ferramentas com informações para subsidiar políticas públicas voltadas para essa população e uma série de materiais voltados para aqueles grupos mais vulnerabilizados e mais prejudicados, que são os grupos de crianças, adolescentes e jovens que não tiveram de fato oportunidade nos seus primeiros anos de vida e que hoje estão nas instituições, encarcerados, e nas ruas, soltos no mundo, muitas vezes invisibilizados, a não ser que sejam vítimas de uma tremenda violência ou autores dessa violência.

Dito isso, algo que eu gostaria de lhes transmitir é muito associado ao que o Vital falou. Trata-se da nossa participação na Rede Nacional Primeira Infância. Um grupo de organizações dessa Rede no Rio de Janeiro se juntou. Temos aqui duas representantes do grupo, a Márcia e a Amanda, da Rede não Bata, Eduque, da Fundação Xuxa Meneghel, e nós, do CIESPI. Oito organizações trabalharam, durante 2 anos, formulando um plano municipal que fosse muito singelo, muito simples, porque nós complicamos. Nós temos também a cultura da retórica. A cultura da retórica é aquela que fala muito mas tudo fica no papel. O maior gargalo



ainda é a implementação. Não é tão simples assim. Claro que é complexo implementar, numa cultura, como expus, em que muitas vezes a legislação, que é o símbolo do grande avanço, ou políticas muito bem formuladas caem no descrédito porque são inimplementáveis.

Acho que aqui na Casa, no Distrito Federal, temos uma trajetória importante no que se refere à política do aprendizado — que também temos que fazer —, que é trabalharmos juntos no sentido de buscar o que é possível fazer, com altíssima qualidade, a curto, a médio e a longo prazos. Não conseguimos fazer isso com frequência. Em consequência, também temos dificuldade de implementar ações concretas que façam diferença a curto prazo.

Essa é uma crítica a nós próprios que, com várias outras pessoas e organizações com experiência nesse sentido, nos juntamos para a formulação de ações prioritárias à primeira infância, no Município do Rio de Janeiro, que seguissem dois critérios. Vamos pautar o que os fóruns, os institutos articulados, as redes de defesa de direitos da criança, que têm preocupação com a primeira infância, já tenham pautado como prioridades importantes. Não vamos repetir o que já está dito, vamos reforçar o que já está pautado como importante. Vamos trabalhar seguindo o guia da Rede Nacional Primeira Infância, que tem seus eixos prioritários para ações fundamentais para a primeira infância. Vamos fazer algo bastante simples, tentando respeitar o critério da implementabilidade.

Vivemos esse processo por 2 anos. Eu vou apresentar aqui, muito rapidamente, o processo.

(Segue-se exibição de imagens.)

Houve uma consulta às crianças, algumas na faixa de 4 a 9 anos — 4, 5, e 6 — e outras mais velhas, que falavam da sua memória, do seu contato com crianças menores. Isso fez uma diferença interessante, porque, na verdade, as crianças falam com outras linguagens, com preocupações extremamente importantes do seu cotidiano. Elas nos fazem, a nós, adultos, lembrar que temos que superar uma retórica também, que é uma participação qualquer. É saber levar em consideração o que, do ponto de vista da criança, é importante.

Eu vou dar apenas alguns exemplos que também nos tocaram.



Ser criança — a delicadeza e a sutileza desse processo foi o ponto de onde comecei a minha fala. Como olhar para a especificidade do início da vida, a minha própria trajetória, a história da assistência à criança, olhando as multiplicidades. O Vital já falou sobre a diversidade das nossas culturas e das muitas ambivalências. Só um exemplo: a divisão que nós temos historicamente no País entre a criança e o menor. Não dá tempo para entrar nessa história — foram muitos anos de estudo —, mas várias das nossas publicações vão trabalhar com essa dicotomia da ideia de infância e de menor, ou seja, de menores abandonados e delinquentes, o pivete, o menino de rua, hoje.

O meu tempo vai ser bem curto e vou ter que fazer certa mágica, muito tranquilamente, porque aquela era a mensagem que eu queria lhes passar. Esse material estará postado, vocês poderão consultá-lo. Aliás, é uma versão bastante longa no ambiente da primeira infância do CIESPI.

Esse documento foi criado pelo grupo do Rio no processo de consulta, durante 2 anos. Finalmente, no dia 13 de novembro de 2013, em assembleia do Conselho Municipal dos Direitos da Criança, no Rio de Janeiro, esse plano foi aprovado e formou-se uma comissão. Hoje nós estamos nesse processo de constituição de uma comissão de implementação, um trabalho junto com o Conselho, a busca num ano eleitoral, pré-Copa do Mundo, no Rio de Janeiro, os senhores podem ter uma ideia — estão assistindo às notícias —, não é um terreno, digamos, extremamente (*falha na gravação*), mas é extremamente importante, exatamente neste momento, em que tantas barbáries acontecem, que tenhamos muito claro que posturas nós vamos ter nessa discussão do olhar para a criança, sobretudo a criança pequena.

Vou citar aqui muito rapidamente um exemplo — apenas trazendo, porque isso foi falado, mas aqui a gente pode testemunhar — do que crianças disseram para a gente no Rio de Janeiro.

No eixo da saúde, em que uma das prioridades foi desenvolver projetos de prevenção de acidentes, que tem índice altíssimo, afetando crianças na primeira infância e, pasmem, homicídios. Eu, com 30 anos de trabalho, trabalhando com indicadores, fiquei assustada. Não são pequenos os números em que homicídios



acontecem nos primeiros anos de vida, muitas vezes disfarçados inclusive de acidente.

Algumas das crianças que foram consultadas disseram assim: *“Bem, tem pracinha, tem parque de diversão, mas não tem hospital e não tem ruas limpas”*. Criança pequena que vive nesse meio. Enquanto nós estamos falando de saúde, de questões de saúde pública, há a ideia de que não há hospital perto de casa.

Vou citar mais um exemplo nessa questão da educação. Obviamente que nós estamos preocupados também com o acesso á creche, mas um acesso de qualidade. Nem todas as crianças têm que estar em creches; nós precisamos buscar outras alternativas. Ainda não chegamos lá, mas é uma questão a ser discutida.

As crianças de algumas localidades do Rio de Janeiro (*falha na gravação*) está no *site*, dizem: *“A escola está sendo assaltada”*. *“É chato e nem tem hora de brincar”*.

Na área de esporte e lazer, espaço de ampliação e circulação, espaços abertos, onde as crianças possam estar com pessoas adultas, seguras para brincar, selecionamos estes depoimentos: *“Não moro mais no morro. Agora moro numa casa que não escuta tiros e não tem escadas”*.

Não sei se vocês sabem, mas há um número muito alto de crianças que se machucam em acidentes em escadas. E o Rio de Janeiro tem muitos morros, muitas ladeiras. Há muitos problemas físicos e mentais também porque caem, batem a cabeça.

Também temos aqui: *“O parquinho é longe de minha casa”*. Várias favelas em que atuamos muito de perto não têm absolutamente um espaço de lazer, seguro, para qualquer criança brincar.

Por exemplo, a PUC fica na Gávea, e a Rocinha ali, com 150 habitantes, é onde se tem o maior índice de doenças respiratórias, hanseníase e tuberculose. E ali, na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Estou terminando.

A questão da cidade, do espaço urbano, da segurança, da iluminação das ruas. As crianças dizem: *“O ônibus não para nos pontos, só anda em alta velocidade”*. *“Os meninos brincam de bola de gude em casa; não brincam na rua”*.



porque não podem, não podem, porque perdem o brinquedo, a bolinha pode ser atropelada e amassada pelo carro.”

Foi enfocada um pouquinho hoje, na sala da manhã, a questão do estresse, o estresse tóxico, mas nós temos um percentual não pouco significativo de crianças crescendo em ambientes bastante inseguros. No Rio de Janeiro, há constantes tiroteios, polícia, tráfico de drogas, e as crianças não podem estar na rua, têm medo, acabam ficando presas em casas, onde não há janelas, e elas, com frequência, crescem apavoradas. As crianças estão crescendo com um medo muito grande, e muitas vezes crescem com esse sentimento e, quando se tornam adolescentes, são temidas. O que nós podemos esperar quando essas são as primeiras experiências de vida?

Por fim, o último eslaide é extremamente importante. Num País essencialmente urbano, hoje, em que obviamente a violência não se concentra só no espaço urbano, nós temos problemas graves nesses espaços. Jamais levaram em consideração a perspectiva da criança. Agora é que se começa a falar disto. A situação da criança em instituições de acolhimento, situação de rua, problemas graves de rua, a questão da saúde mental, do acesso fácil às armas e às drogas, todas essas questões são da pauta de nossas preocupações, e as crianças dizem: *“Minha mãe tinha que dormir mais um pouco para não ficar nervosa. Ela vive cansada”*.

Essa é a perspectiva da criança que vê a mãe entrar e sair sempre muito estressada, sempre muito preocupada. Com frequência essas crianças ficam sozinhas com algumas outras crianças mais velhas.

Outro exemplo: *“Meu pai mora no trabalho, lá na Barra, que é um lugar bem longe”*.

A criança está falando de uma perspectiva em que ela fica sozinha em casa, a mãe não está bem, está cansada e, muito frequentemente, essa criança também não só cresce com medo e insegura, mas cresce estressada, assustada e se sente muitas vezes culpada pela situação em que ela própria está.

Para finalizar, a mensagem essencialmente, para além de uma retórica de uma participação, de termos que escutar as vozes, voltando alguns pontos que já foram tocados aqui, é a seguinte: não se espera que a criança tenha o que dizer



como um adulto, ou que ela vá formular políticas públicas. Simplesmente que ela, entendida aqui como sujeito ativo, extremamente participante, que nos afeta e nós as afetamos, precisa fazer parte naturalmente dessa possibilidade, que ela não seja invisibilizada, ignorada nem tratada de forma desumana.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Ananias) - Agradecemos à Profa. Irene Rizzini as belas considerações. A sociedade, Professora, encontra como saída a criminalização. É o que está apontando aí na nossa frente, a mídia toda, pressionando pela redução da maioria penal como se fosse a solução para resolver um problema, que é o da profunda desigualdade dessa nossa sociedade.

Vamos passar, de imediato, a palavra à Profa. Hélia Barbosa, Presidente da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude — ABMP.

A SRA. HÉLIA BARBOSA - Obrigada. Boa-tarde a todos os presentes. Quero cumprimentar os queridos palestrantes da Mesa — registrando a ausência da nossa querida Maria do Rosário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Ananias) - Mas ela volta.

A SRA. HÉLIA BARBOSA - Quero cumprimentá-los, e o fazemos na pessoa de Vital Didonet, que tanto tem sido um defensor dessa construção de um novo direito para a primeira infância, que tanto tem contribuído com a ABMP, principalmente nos regionais, em que a gente conseguiu ter resultados positivos.

Na verdade, eu não fiz uma apresentação. Vou explicar: estou com um problema de saúde, quase que não vinha, mas fui muito sensibilizada ontem. Estou com um problema de coluna muito sério e uma dor imensa nesse braço, que não passa. Vou pegar o resultado da ressonância amanhã. A Ana me dizia: *“Mas como você não vem? Você está representando o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública?”* Eu falei: *“Da infância”*.

E aí eu vim. Passei a maior parte da manhã deitada. Mas hoje de manhã fiquei refletindo. Estamos na Casa apropriada em que se discute o marco legal. Temos tantas reflexões, tantos aspectos para serem colocados. Há coisas positivas e coisas negativas de tudo que já foi falado nas três últimas apresentações a que pude assistir, o que já daria para fazer uma grande reflexão.



Nós temos algumas indagações. Primeiro, questionamos o Marco Legal da Primeira Infância, em âmbito internacional — já deve ter sido dito aqui — e em âmbito nacional.

Mas gostaria antes de parabenizar a organização desse evento, na pessoa do Deputado Osmar Terra, por ser a segunda edição deste momento de reflexão sobre essa situação de crianças de zero a 6 anos que, especificamente, não têm uma norma, se assim a gente pensar e quiser construir uma norma. Mas ela tem, sim. Estão assegurados todos os direitos das pessoas. Crianças, adolescentes, adultos têm seus direitos assegurados na nossa Carta política, e a partir das convenções internacionais, dos tratados internacionais, dos protocolos, das resoluções, dos acordos internacionais, inclusive ditados pela ONU, pela OEA, pelo Conselho da Europa e pelo MERCOSUL. O que nunca faltou neste País — e aí tenho de voltar à Irene, em sua obra, que tanto nos ajuda, em âmbito, principalmente, brasileiro — foi lei para reger as condutas em relação ao direito da criança e do adolescente.

Será que é um problema, de fato, de marco legal, que estamos discutindo ou por que nós não cumprimos as leis? Por que nós não as efetivamos, como diz o próprio Estatuto? Há uma série de reflexões que eu inclusive gostaria de fazer. Ao mesmo tempo em que estou alegre porque considero que, apesar de todas as reflexões, torna-se necessário termos... Porque o brasileiro precisa disso, o brasileiro depende de leis e do Judiciário. Ele tem essa cultura, que deve ser desconstruída, vamos tentar fazê-lo, ou já estamos fazendo. Na verdade, ele tem essa necessidade.

Ao mesmo tempo em que estou alegre, Didonet, estou muito triste também, por causa dos acontecimentos ocorridos recentemente em quatro Estados, de violência extrema contra pessoas absolutamente inocentes, em que foi envolvida uma criança de 11 anos. O meu marido me perguntava: *“Ele não será recolhido?”* Eu lhe disse que não, não para o sistema. Segundo o Estatuto, ele tem 11 anos, é uma criança, precisa de amparo, de proteção, de ser atendido pelo Conselho Tutelar e de outras medidas. E ele disse: *“Mas se você fosse juíza, com o precedente que ele tem, o que iria fazer?”* Respondi: *“Eu iria analisar o caso e procurar saber a história de vida deste menino, o que se passa com ele”*. Como disseram, friamente, do



adolescente, que disse: *“Eu dei ordem para ela parar, mas ela não parou”*. Até o delegado se assustou.

Nós estamos vivenciando momentos que têm de fazer com que nós reflitamos mais sobre a criminalização e a violência que está acontecendo em nosso País, envolvendo, cada vez mais, crianças e adolescentes. Práticas dessa natureza só aguçam o pensamento daqueles que entendem que punir, aumentar a pena, repressão, trancafiá-los em instituições é a solução. Não é nisso que acreditamos, como você mesmo acabou de dizer.

Como disse, estou muito triste. Estou muito triste porque já são 24 anos que nós estamos defendendo o Estatuto, travando uma luta ferrenha, trabalhando muito, Todos os dias defendemos o direito da criança e do adolescente. Nós nos preocupamos, nos dedicamos, e os avanços são muitos no Brasil. Concordo com você, Didonet: nós seríamos hipócritas se não colocássemos os avanços que nós temos conseguido em nossa sociedade, em todos os níveis. Talvez, dentre os países da América do Sul, para ficar em nossa região, o nosso seja o País que mais avançou em termos de marco legal e de algumas práticas.

Por outro lado, nós estamos ainda em uma sociedade muito doente, muito triste. Então, como garantir o direito universal público, subjetivo e intersubjetivo, de toda criança, de todo adolescente e lhes assegurar os direitos humanos e fundamentais, com respeito à sua dignidade humana e, em especial, de seres em desenvolvimento? Como a gente pode fazer isso? Como garantir, se isso está assegurado, desde a convenção e outras normativas internacionais, mas, especificamente, na nossa Convenção, que foi o marco fundamental para o art. 227 da Constituição Federal de 1988, e tantos outros dispositivos, e depois da norma infraconstitucional, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990? E a Convenção é lei no Brasil, porque veio aqui do Congresso e se transformou em lei sancionada e publicada. É mais uma lei vigente no Brasil. Então, lei não falta. O direito está absolutamente assegurado. E, quando a Convenção diz que criança é o ser de 0 a 18 anos, nós estamos envolvendo crianças de 0 a 6 anos. Então, têm que ser garantidos todos os direitos das crianças nessa sua fase, considerada primeira infância.



O que eu acho que, talvez, precise muito mais é divulgar, socializar — vamos ver através de quais meios, que ainda não utilizamos. É preciso conscientização, socialização dos aspectos, como já deve ter sido dito pela manhã, que temos aprendido.

Nesses 2 últimos anos, eu fui contemplada, dentre outros colegas de várias áreas, com uma bolsa em Harvard, para estudar sobre primeira infância. Aí, realmente, é outra forma de pensar e de agir. Pude me dedicar na ABMP nesses 2 anos, ao desenvolvimento de ações, buscando socializar essas ações com os colegas para internacionalizar. Eu fico pensando assim: naquele caso de Monte Santo, lá da Bahia, se o nosso Juiz tivesse uma noção, talvez um pouquinho mais de conhecimento sobre a neurociência, será que ele teria dado aquela decisão que o levou ao afastamento do cargo? Aquilo foi muito cruel. Eu conheci o processo. Então, é importante que a gente tenha esse domínio. São sujeitos de todos os direitos, como foi colocado aqui, todos os direitos, razão superior para serem merecedores da garantia da proteção integral, que está na Constituição, na Convenção e no Estatuto da Criança e do Adolescente, com prioridade. A Constituição fala em primazia, mas o legislador brasileiro usou “prioridade absoluta”, que é a lógica, no meu modo de ver, para que se garanta a proteção integral, com prioridade absoluta, em razão exatamente dessa condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Esse é o *discrimen*, é a diferença de infância, de criança, de adolescente, de jovem, de adulto e de pessoa idosa, terceira idade.

Então, nós temos que abraçar isso. Isso não pode ficar mais desconhecido. Em pesquisas, nós já sabemos das nossas práticas, mas as pesquisas apontam... Inclusive o Deputado aponta na justificativa uma pesquisa feita pelo Instituto Alana, em São Paulo, que demonstra um percentual: quase 100% das pessoas não sabem o que é a proteção integral, não sabem por que a prioridade absoluta, e não pensam jamais que criança está em uma condição peculiar de desenvolvimento. E, pior, como disseram as duas mestras aqui, aguçando a precocidade para o desenvolvimento da criança e do adolescente, só podemos ter resultados também prejudiciais. E por que isso? Porque eles são vulneráveis.

A vulnerabilidade decorre, exatamente, desse processo de maturidade, de maturação, de desenvolvimento, que ocorre aos poucos, paulatinamente. Isso me



leva a ter essa consciência, e transmito aos meus alunos, porque eu fiquei muito inquieta e um pouco angustiada na época do congresso mundial, em que o Brasil foi o anfitrião, no Rio de Janeiro, em 2008. Tivemos, não só no Brasil, e fora do Brasil, autores que começaram a escrever que a menina consentia com a violência sexual, com a prostituição, que ela estava nas ruas porque queria estar — disso eu nunca fui convencida. Eu senti até que eu fiquei um pouco alijada do processo, porque eu defendia o contrário. Aí, quando chegou ao evento quase mil crianças, entre jovens e adolescentes, elas disseram: *“Chega de violência sexual contra nós. Causa dor, causa sofrimento. Nós queremos que vocês, adultos, nos respeitem. Vocês nos ensinam a respeitá-los, mas não estamos sendo respeitados, porque as violências continuam contra nós”*. Coisas dessa natureza. E pediram a responsabilização, porque o discurso preparatório para o Congresso é que não deveria... *“Ah, punir não, a menina consente”*.

Bom, então, eu fico perguntado será porque não é a sua filha ou o seu filho que foi violentado? Será que é preciso passar pela dor como a daquela mãe, lá no CEDECA, que disse: *“Eu guardei uma faca na minha cabeceira da cama, porque, no dia em que o abusador aparecer, vou matá-lo”* — e as psicólogas dissuadindo-a da ideia de que não deveria fazê-lo? Ela falava pela dor de ver que um vizinho havia violentado a sua filha. Então, eles dizem: *“Falar na televisão, ouvir aqui e acolá de violência é uma coisa, bem como ler no jornal. Sofrer aqui na carne é diferente”*. Eu nunca vou me esquecer disso. É uma dor que realmente precisa ser superada.

Então, colocar em prática o interesse superior é um princípio que o Brasil desconsiderou até a mudança do ECA, em 2009-2012, com a chamada Lei de Adoção, que traz definido o que é o princípio do interesse superior. O Brasil não abraçou esse princípio, e o da autonomia, agora, é que vem discutindo o respeito da autonomia da criança e do adolescente. Preocuparam-se muito com a proteção integral e não trataram desse princípio que, como diz lá a Convecção, em tudo que se for fazer, quer na área administrativa, quer na área judicial, ou qualquer área, jurídica ou não, família ou não, em tudo que se for fazer, em que haja um interesse, um direito em relação à criança e ao adolescente, tem que se pensar o que é melhor, sempre o que é melhor. O juiz tem que pensar sempre o que é o melhor,



bem como o promotor, o defensor — falando das nossas carreiras —, o Conselho Tutelar. *(Pausa.)*

Estão me acenando que tenho 2 minutos. Mais um pouquinho para eu concluir o raciocínio.

O interesse superior, então, é preciso que seja socializado, porque ele é o ponto fundamental que está acima do bem e do mal. Criança está acima do bem e do mal, é assim que se deve interpretar, em uma linguagem bem simples, para que o direito da criança seja respeitado. Nós não temos que estar julgando os atos da criança e do adolescente, mas sim perguntando por que aquela criança ou aquele adolescente está praticando aquele ato infracional. Se essa criança de 11 anos estava com uma arma, um adulto teleguiou isso.

Desconstruir as práticas da indiferença, não relativizar jamais a proteção integral. Não podemos, não devemos permitir, é intolerável que se permita, que se aceite a relativização da proteção integral. Ela tem que ser absoluta, sim, porque, senão, nós nunca vamos assegurar direitos, fazendo leis, mudando leis, reformulando leis, nunca! Temos que socializar isso. De que maneira nós vamos ter que construir, se não fomos capazes de fazê-lo até agora, competentes para fazê-lo até agora, em 23 anos? Isso não é balela, isso não é brinquedo, não é uma faculdade, é um direito. Garantir a proteção integral é um dever constitucional. Isto tem que passar na cabeça do povo brasileiro: que é dever garantir todos os direitos fundamentais; evitar e prevenir todas as formas de violência e combatê-las e responsabilizar pelas violências e violações.

Socializar o direito de ser uma população especial. *(Palmas)*. As pessoas precisam conhecer o direito da criança. Ensinar o que é a primeira infância, as consequências e o desenvolvimento ou não da neurociência, as podações, as limitações por falta de desenvolvimento. Isso é sério, e é tão sério que os países mais civilizados estão discutindo e desenvolvendo programas, com recursos, para a primeira infância, porque são países avançados e economicamente produtivos, onde se investe na primeira infância. Temos que investir nisso e levar à compreensão pelo imaginário social da importância do Direito, da sua indispensabilidade para a convivência humana, com regras de conduta. Mas também o Direito não resolve tudo, senão já estaria resolvido, porque nunca falta lei neste País.



Então, esse mesmo Direito deve ser a última *ratio*, como dizem no Direito Penal, também nas outras áreas, porque a vida da criança e do adolescente é estar situada em outras áreas de conhecimento. Nós precisamos da intersetorialidade, da vontade política, de recursos, de uma série de outros fatores e questões, que não estão limitados apenas ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Enfrentar e combater as violências e violações praticadas contra crianças e adolescente é exigibilidade de direitos, com acesso à uma Justiça amigável, célere, com segurança, eficaz e eficiente. Porque, se as violações existem, e elas ocorrem cotidianamente neste País contra crianças e adolescentes, e nós não temos outros meios de buscar reparação, pelo menos que a gente tenha o direito assegurado, enquanto direito constitucional de toda criança e adolescente, de acessar à Justiça, mas uma Justiça com eficiência e eficácia, e aí envolvendo o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, todos que compõem o sistema de Justiça. Um sistema de Justiça eficaz e eficiente. E o ECA é muito inteligente.

Permita-me só concluir com isso, com essas questões que eu gostaria de socializar. Uma das maiores inteligências, para além da construção de conselhos de direitos paritários com poder deliberativo e de controladores das políticas públicas... Precisamos torná-los muito mais eficientes. Há regras dentro do Estatuto, das quais precisamos nos apoderar mais e praticá-las. É o caso do art. 208: a garantia da proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos. Quando as políticas públicas, os serviços públicos essenciais básicos não são oferecidos ou são oferecidos de forma irregular, deve haver responsabilização perante as instâncias públicas, que teriam que implementar as políticas públicas criadas por lei — já é suficiente o Estatuto — e não as implementa. A gente fica de braços cruzados, e as ações civis públicas são muito poucas. E, quando entram, ficam paradas pelos compromissos que há com o Executivo. Aí o Ministério Público, Defensoria, Poder Judiciário, sei lá, parece que não têm tido autonomia suficiente para prosseguir com ações civis públicas. E mais: discutia-se, até 2008, que não poderia o Poder Judiciário intervir no Poder Executivo para buscar o cumprimento das obrigações de fazer em relação a não oferta das políticas públicas ou oferta irregular, porque era interferência na independência dos Poderes, princípio das reservas, uma série de coisas mais — o dinheiro está na mão do Executivo. Aí sai uma ação com ganho



para uma criança, em relação ao serviço público de educação, no Estado do Pará, que não tinha sido oferecido pelo Estado, e parou na mão do Ministro, à época, Presidente do CNJ, Gilmar Mendes. Então, ele deu a decisão assim: *“Não sou eu que estou decidindo. O art. 227 da Constituição Federal diz que é dever do Estado prioridade absoluta, proteção integral”*. Então pode e deve o Poder Judiciário, sim, obrigar o Executivo a cumprir com a obrigação de fazer em relação a uma política pública não efetivada.

Temos um exemplo recente do tema aqui pertinente. Em São Paulo, uma ação civil pública proposta pela Defensoria Pública tentou o consenso, que é o que se busca, tentou discutir com razoabilidade e dialética e ouvir as pessoas. Na área da educação, mais do que nunca, precisa-se desse consenso e dessa razoabilidade. Não se fez isso. A Prefeitura não aceitou e houve sentença condenatória. A pergunta é: se não se cumprir o prazo estabelecido na sentença, haverá responsabilização criminal, civil e administrativa, como está previsto? Vamos ver se a Justiça de São Paulo vai peitar essa situação em relação ao Executivo Municipal, porque é um escândalo a questão das creches no Estado.

Só para concluir, como explicar para a sociedade que temos marco legal — porque não podemos negá-lo — e que as coisas não acontecem e as violações ocorrem cotidianamente? As nossas práticas são diferentes daquilo que manda a lei. Então, há muitas questões para buscar como solucionar.

Eu coloquei isto ao final porque todos os dispositivos da Constituição, direta ou indiretamente, atingem crianças, adolescentes e a primeira infância, mais especificamente os arts. 226 e 227: o que significa para a criança e para a sociedade a não garantia da violação desse direito? A gente já questionou isso? Nós os questionamos? Quando ela diz que não tem ruas limpas, está dando uma resposta, por exemplo. Nós temos planos nacionais; e o Supremo já decidiu que o direito à educação infantil é indisponível. Portanto, regras não faltam, senhores, regras não faltam, meus amigos. Como que a gente vai, então, falar de marco legal?

Quanto à judicialização, que também é um complicador — e eu peço a permissão para concluir com isto também, porque é importante deixá-lo claro —, não basta judicializar, por exemplo, o direito de ir à creche. Embora eu não tenha formação jurídica, a educação é um direito, o acesso é consequência. Não é isso



que você ensina, Vital? Então, é um direito constitucional, universal e que não pode ser postergado.

Um juiz recebe o pedido de uma mãe que precisa colocar seu filho ou sua filha numa creche. Como é um direito, o juiz defere o pedido. Em São Paulo, uma senhora disse para o juiz da Infância: *“O senhor sabia que está sendo injusto? Na hora em que o senhor determina, com o seu mandado, que uma criança vá para a creche, o senhor está tirando duas ou três de lá, porque não tem vaga”*. O juiz ficou pasmo e disse: *“Vou repensar. Muito obrigado pela lição, porque agora eu vou mandar o oficial de Justiça ver qual é a situação daquela creche”*. Olhem a importância da participação da sociedade civil na garantia dos direitos.

Não podemos cruzar os braços. Nós precisamos socializar o direito de maneira mais simples, facilitar para que as pessoas compreendam o significado desse direito, através dos instrumentos legais das regras de conduta, que são as leis. Nós precisamos facilitar isso. Não é por falta de lei que o direito não está sendo assegurado eficazmente — disto estou convencida —, mas por tudo quanto tem sido exposto aqui, porque as causas são muitas. Estamos, todavia, vivendo um processo de muita transformação neste País, e temos que nos agarrar a isso.

Nós temos o Projeto de Lei nº 6.998, sobre o qual não sei é possível fazer alguns comentários. Eu apenas gostaria de parabenizar não só o Deputado Osmar, mas todos os Deputados que fazem parte da Frente Parlamentar da Primeira Infância aqui nesta Casa. Eu não posso dar uma posição pela ABMP porque os associados ainda não deram suas posições nas consultas, mas, se me permitem, algumas questões precisam ser revistas, porque alteram alguns dispositivos do Estatuto e trazem definições e conceituações que talvez precisem ser mais bem socializadas com outras experiências e outras práticas. Outras questões são repetitivas e, na minha visão, não precisariam estar ali ou em outros dispositivos. É preciso rearrumar o projeto, mas a essência está muito boa.

Se me permitem, eu gostaria de sugerir, colocando-nos à disposição para ajudar, que fossem realizadas mais audiências públicas para se discutir melhor o tema, porque existem aqueles que são terminantemente contra qualquer alteração no Estatuto, mesmo que seja para garantir um direito que ainda não foi positivado da forma como nós queremos.



Faço a ressalva sempre: para garantir o direito da primeira infância com mais clareza e para melhor facilitar a sua prática, eu concordo, sim, que tem que se elaborarem alguns dispositivos, inserindo-os no Estatuto. Não sou favorável, como acho que muitos que não são, a que se crie um estatuto à parte, porque aí é que nós vamos fazer com que o ECA fique cada vez mais desconhecido. Nós precisamos fortalecer o Estatuto da Criança e do Adolescente, que, na minha visão, precisa ser revisto também em algumas questões, sim, inclusive de técnica legislativa. E o Direito não é estático, o Direito é dinâmico e precisa ser revisto sempre.

Eu agradeço a oportunidade e fico à disposição para discutir. O tempo é curtíssimo, portanto, desculpem-me se eu o extrapolei, mas algumas reflexões tinham que ser deixadas aqui, para continuarmos com o debate. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Ananias) - Agradecemos à Dra. Hélia Barbosa.

Só quero justificar que a Profa. Irene Rizzini está com o horário estourado por causa do seu voo, então, nós vamos ter que...

A SRA. IRENE RIZZINI - A minha Mesa era às 14 horas, mas eu peço muitas desculpas. Vou ter que voar daqui a 1 hora. Até logo e obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. SYLVIA NABINGER - Eu também vou ter que sair. Então, boa sorte a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Ananias) - Tudo bem. A Sylvia também vai sair por conta disso.

Quero registrar a presença das Deputadas Dorinha Seabra e Keiko Ota.

Quero, rapidamente, colocar para a Profa. Hélia que estamos na quinta versão do projeto de lei. À medida que as sugestões vão chegando, nós vamos ouvindo mais segmentos da sociedade. Nós já estamos na quinta versão do projeto, portanto, ele vai sendo sempre atualizado e melhorado. Vamos realizar quatro audiências públicas nos Estados e seminários não só em Brasília, mas também nos Estados, para ouvir o máximo de pessoas possível e aperfeiçoar cada vez mais o projeto de lei.

Vamos passar a palavra à Profa. Gaby Fujimoto, Secretária Executiva da Rede Hemisférica de Legisladores e ex-Legisladores pela Primeira Infância.

A SRA. GABY FUJIMOTO - *(Exposição em espanhol.) (Palmas.)*



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Borghetti) - Queríamos agradecer à Dra. Gaby Fujimoto, que muito contribuiu com sua experiência, trazendo-nos dados. Acho que é muito importante quando se fala e se mostra, pois esta é a verdadeira visão também do palestrante. E a senhora, com a experiência, estava sendo esperada pela Frente Parlamentar da Primeira Infância e, sobretudo, pela Comissão Especial da Primeira Infância, que é pioneira aqui nesta Casa. Eu acho que é fundamental debater e discutir a primeira infância.

Eu queria consultar aqui se teremos um intervalo. *(Pausa.)*

Então, passamos a palavra agora à Sra. Ivânia Ghesti, Coordenadora desta nova Mesa, mas também braço direito e esquerdo da Comissão Especial da Primeira Infância, que tem ajudado e colaborado muito com os seminários aqui em Brasília e também regionais.

Passo, portanto, a palavra à Sra. Ivânia.

A SRA. COORDENADORA (Ivânia Ghesti-Galvão) - Obrigada, Deputada.

Esta Comissão é realmente uma Comissão muito importante. Apesar do trabalho, é muito satisfatório poder fazer parte deste momento histórico.

A próxima sessão agora é uma sessão inovadora na Câmara, como muito do trabalho desta Comissão. Não sei se todos têm conhecimento de que quase metade dos participantes desta Comissão Especial são especialistas em primeira infância, graças a uma promoção que a Frente Parlamentar da Primeira Infância fez, para que eles participassem do Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância, em Harvard, de que vocês ouviram muito falar. Então, são Deputados que entendem muito do tema e têm esta perspectiva de construir uma legislação fundamentada nas evidências científicas, fundamentada nas boas práticas.

Por isso, neste seminário, nós abrimos este espaço que vamos ter agora, que é uma sessão em que a sociedade foi convidada para divulgar e compartilhar suas ações, para nós reconhecermos os trabalhos científicos que estão sendo realizados e que precisam ser levados em conta na construção da lei, assim como as boas práticas. Foi muito falado pelo Dr. Shonkoff hoje que a política tem que ser construída com base no que está dando certo e tem que aprender com o que não está dando certo. Então, tem muitas boas práticas que também foram apresentadas.



Para ficar mais dinâmico e vocês também não ficarem sentados, a gente faz justamente faz essa transição entre o momento mais formal e a inclusão social da ciência, dos que estão já colocando em prática essa proposta. Portanto, eu queria convidar todos para irem para o *hall* de entrada, onde tem um *coffee break* e estão expostos os pôsteres das pesquisas que foram encaminhadas, que são muito interessantes. Ali vocês podem ler e interagir com os autores.

A gente tem a perspectiva de construir um livro, onde isso vai poder ser transformado em capítulos e visto com maior detalhe, para a gente aumentar a pesquisa e a produção científica nessa área. Isso contribui tanto para a gente ter conhecimentos novos quanto para, na universidade, os profissionais serem já formados com essa competência de construir uma nova realidade.

Em seguida às pesquisas, nós vamos ter os pôsteres das boas práticas, que são realmente supervaliosos. A gente tem que multiplicar esses exemplos que estão dando certo.

A Prefeita Teresa Surita encontra-se presente? (*Pausa.*) Não. Ela faria um relato pessoal da experiência de Roraima.

Então, agora, eu vou pedir a todos que não vão embora. A gente valoriza essas ações porque, por trás de cada pôster daquele, tem uma prática e uma história de muitos anos de intervenção. Tem o Programa Primeira Infância Melhor — PIM, por exemplo, que já tem beneficiado 47 mil crianças no Rio de Grande do Sul; tem o Programa Mãe Coruja Pernambucana; tem o Plano Distrital pela Primeira Infância, daqui do Distrito Federal. Então, vamos nos deter ali e aproveitar também a síntese que está representada em cada pôster exposto ali fora.

Vou repassar a palavra à Deputada Cida Borghetti. Depois, a gente já pode se dirigir ao *hall* de entrada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Borghetti) - Apenas quero registrar a presença da Deputada Aline Corrêa entre nós, que também faz parte da Comissão Especial da Primeira Infância. Também está presente o Desembargador Federal de Justiça, Dr. Carlos Mathias. Muito obrigada e seja bem-vindo a esta Casa, a Casa do povo brasileiro.



A Dra. Hélia, em seu pronunciamento, recebeu uma pergunta. Eu gostaria de saber se a pessoa está aqui ainda, se ela se encontra entre nós. *(Pausa.)* O senhor poderia se dirigir diretamente à Dra. Hélia, por favor?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Borghetti) - Pode ser? *(Pausa.)* Então, o senhor pode se dirigir à Dra. Hélia, por favor.

A SRA. COORDENADORA (Ivânia Ghesti-Galvão) - Eu também vou complementar dizendo que esta Comissão está tentando realmente ter mais acesso social. Então, foi criada a Comunidade Virtual da Primeira Infância, cujo *link* está no *folder* que vocês receberam. Por meio dessa comunidade, a gente vai disponibilizar todos os eslaides das palestras que foram feitas e continuar debatendo virtualmente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. COORDENADORA (Ivânia Ghesti-Galvão) - Quanto aos *e-mails*, cada um se cadastra lá e a gente vai conversando virtualmente. Você fala dos *e-mails* dos palestrantes? *(Pausa.)* A gente vai disponibilizar juntamente com as apresentações, que estarão na página da Comunidade Virtual.

Existe também a página da Comissão Especial, onde todo trabalho e todas as audiências públicas ficam gravadas em vídeos. É muito importante que vocês divulguem isso também, para a gente construir uma nova cultura a partir disso.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Borghetti) - Seminários regionais: em Curitiba, no dia 19 de maio, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a partir das 8h30min e até o meio dia; depois, em Fortaleza, no dia 2 de junho, também na Assembleia; em São Paulo, no dia 29 de maio; e, em Rondônia, em 5 de junho. Teremos também em Teresina, que nos solicitou, mas ainda não mandou o calendário. Além disso, teremos audiências públicas aqui em Brasília, nos dias 20 e 27 de maio.

A SRA. COORDENADORA (Ivânia Ghesti-Galvão) - É muito trabalho para as crianças poderem viver melhor. Vamos trabalhar juntos, então, para isso dar certo.

(Pausa prolongada.)

O SR. DEPUTADO OSMAR TERRA - Está presente alguém da Prefeitura de Boa Vista, Roraima, da equipe da Prefeita Teresa Surita?



A SRA. COORDENADORA (Ivânia Ghesti-Galvão) - Duas pessoas ainda precisam devolver o aparelho de fone de ouvido: Andrea Adriana Melo e Elisabeth Lemos Vieira Valadão.

Dando continuidade, eu vou convidar todos a se sentarem.

Nós vamos ter uma homenagem, de iniciativa do Juiz Antônio Henrique da Silva, da Comarca de Jeremoabo, na Bahia, a quem eu passo a palavra. Por favor.

O SR. ANTÔNIO HENRIQUE DA SILVA - Boa tarde a todos. Deputado Osmar Terra, a gente saiu do Sertão baiano, no ano passado, e estivemos aqui para participar do *I Seminário Internacional: Marco Legal da Primeira Infância*. Eu saí daqui muito feliz com o que eu vi, e, a partir daquele momento, preocupado em colocar em prática muito do que aqui ouvi. A gente já tinha, lá na Comarca de Jeremoabo, um projeto chamado Criança Brincando e se Transformando, lançado no dia 1º de março — portanto, quando estivemos aqui o projeto já tinha sido lançado. Esse ano, na véspera de virmos para cá, nós elaboramos um outro projeto, esse agora de cunho institucional. Inclusive, ontem estivemos com a assessoria do Ministro Joaquim Barbosa, do Conselho Nacional de Justiça, levando a ideia desse projeto institucional, que estamos lançando agora no próximo dia 21 de maio. O que é esse projeto? O projeto é Infância e Adolescência em Primeiro Lugar na Comarca de Jeremoabo. O que nós pretendemos com isso? Que a cada primeira semana de cada mês priorizem-se as ações relativas aos direitos da criança e do adolescente.

No âmbito da minha Vara, por exemplo, a Vara da Infância e Juventude, que acumula Júri, Execução Penal, dentre outras atribuições, nós vamos, na primeira semana de cada mês, dar prioridade às ações de guarda, tutela e adoção, às representações por atos infracionais e a toda e qualquer ação que tenha criança ou adolescente como vítima.

No âmbito da Vara Cível, cujo titular é o Juiz Paulo Eduardo de Menezes Moreira, nós vamos dar prioridade às ações de reconhecimento de paternidade, alimentos, reconhecimento de dissolução de união estável, separação e divórcio. Nessa mesma semana, nas segundas-feiras e nas sextas-feiras, nós estabelecemos, também, um momento denominado Conversa com o Juiz. O que é isso? Nessa Conversa com o Juiz, crianças eleitas nas escolas, como representantes das escolas e da própria comunidade, terão a oportunidade de ter



uma conversa direta e pessoal com o Magistrado. O que pretendemos com isso? Evitar que situações como a do garoto Bernardo, que ocorreu no Rio Grande do Sul, o seu Estado, Deputado, voltem a ocorrer, pelo menos na Comarca de Jeremoabo, no Sertão da Bahia.

Nós temos dito — e eu disse isso ontem no CNJ — que há uma discussão em que se diz que o Juiz, a Juíza, o Promotor, a Promotora, o Defensor Público, a Defensora, o Advogado, a Advogada, para trabalhar na Vara da Infância e da Juventude, precisa ter sensibilidade. Eu disse ontem à assessoria do Ministro Joaquim Barbosa e do Ministro Campelo: na realidade, não precisa de sensibilidade. O que precisamos é de profissionais que tenham compromisso com o que fazem, precisamos de Magistrados, Promotores, Defensores e Advogados que tenham compromisso com o que fazem. E, tendo compromisso com o que fazem, eu duvido muito que se tratem crianças e adolescentes como a objeto de direito e não como sujeito de direito. Esse é o nosso papel, Deputado. A nossa inspiração para esse projeto surgiu quando estivemos aqui no ano passado.

Reconhecendo o valor e o trabalho de V.Exa. nesse processo de inspirar outros seres que defendam a sua causa ou nela trabalhem, nós trouxemos, lá do Sertão da Bahia, uma placa em acrílico. Ela é em acrílico, porque representa a necessidade do cuidado, do zelo. Se esta placa de acrílico cair no chão, quebra. A placa é tal como a criança e o adolescente, merece o devido cuidado. É uma simbologia da necessidade que temos, Deputado, todo o conjunto social brasileiro, toda a sociedade, de acordar para a causa em defesa da criança e do adolescente.

Como símbolo do Projeto Criança Brincando e se Transformando, do programa Infância e Juventude em Primeiro Lugar, na Comarca de Jeremoabo, usamos a palavra “reconhecimento”. Estamos reconhecendo, Deputado:

“Uma homenagem especial dos idealizadores dos projetos Criança Brincando e se Transformando e Infância e Adolescência em Primeiro Lugar na Comarca de Jeremoabo ao Deputado Federal Osmar Terra, em razão da preocupação demonstrada com a infância, com a realização dos Seminários Internacionais Marco Legal da Primeira Infância, nos anos de 2013 e 2014.”



Jeremoabo, 6 de maio de 2014.”

Eis aqui uma homenagem singela que fazemos lá do interior da Bahia a V.Exa. (*Palmas.*) Esta é a placa.

Para simbolizar que na data de hoje aqui estivemos neste evento e para que V.Exa. possa ter no seu gabinete algo que marque este nosso momento, nós trouxemos aqui também a estatueta com a logomarca do projeto. Na logomarca do projeto, se os senhores observarem, temos crianças sem braço, sem perna, cadeirante, loiro, moreno, índio, ou seja, a multidimensão dos seres representa o conjunto social.

Nesta estatueta, Deputado, está escrito: *“Infância e Adolescência em Primeiro Lugar na Comarca de Jeremoabo, Bahia. Osmar Terra, Deputado Federal.”* Que através deste símbolo, que retrata o Brasil e retrata as crianças e adolescentes que temos, possa, por meio da Câmara dos Deputados, fazer chegar ao Brasil o conhecimento dessa ideia, desse desejo de um nordestino que veio à Câmara clamar ao povo brasileiro dar maior atenção à nossa infância e à nossa juventude!

Muito obrigado. Receba aqui a homenagem, Deputado. (*Palmas.*)

Muito obrigado, senhores. Era essa a homenagem que nós gostaríamos de fazer ao Deputado Osmar Terra.

O SR. DEPUTADO OSMAR TERRA - Eu queria agradecer muito ao nosso Juiz, que veio aqui no ano passado, por iniciativa própria, assistir ao debate que foi feito. Estamos completando um ano desde o *Seminário Internacional da Primeira Infância*, que gerou a Comissão Especial.

Na Câmara, as coisas não acontecem com a velocidade que a gente gostaria, mas acabou saindo a Comissão Especial no final do ano, e nós estamos agora já na fase de encaminhamento para o marco legal.

Eu fico muito contente com este presente, que estendo a toda a Comissão Especial. Somos um grupo muito coeso de Deputados vinculados à questão da primeira infância, comprometidos até o fundo da alma com políticas públicas que mudem a realidade da primeira infância para muito melhor no Brasil. Queremos que essa seja uma regra para todas as crianças o que está no símbolo do programa de Jeremoabo, Infância e Adolescência em Primeiro Lugar. Que seja uma regra para todo o Brasil, uma regra legal, e quem não a cumprir estar infringindo a lei.



Vamos trabalhar muito para isso. Agradeço ao Juiz e quero dizer que agora temos o compromisso de ir a Jeremoabo. (*Palmas.*) Temos que ir lá conhecer o trabalho do Juizado e discutir políticas públicas. Fica o compromisso da Comissão Especial.

O SR. ANTONIO HENRIQUE DA SILVA - Muito obrigado.

A SRA. COORDENADORA (Ivânia Ghesti-Galvão) - Para encerrar, vou convidar o Prof. Vital Didonet, representando a Rede Nacional da Primeira Infância e o Comitê do Plano Distrital da Primeira Infância, que vai apresentar um vídeo com a participação das crianças nesse espaço.

Estamos aqui para elas e com elas. Então, como seria difícil pessoalmente, elas estão no vídeo.

O SR. DEPUTADO OSMAR TERRA - Antes de terminar, se a Presidente Cida me permite, quero fazer um agradecimento à Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Sem ela, nós teríamos muita dificuldade de avançar no que avançamos até agora na mobilização pelo Marco Legal da Primeira Infância. A Fundação nos ajudou a levar uma série de gestores e Deputados a Boston, para participarem de um curso de capacitação, e agora ganhou um prêmio internacional. Estava aqui a representante da Fundação, mas ela teve que sair. Se não me engano, trata-se de um prêmio de uma ONG nos Estados Unidos em que a Shakira é a promotora. Não sei se a Gaby sabe o nome da ONG, mas é uma distinção muito grande em âmbito internacional, pelas experiências de trabalhar em intersetorialidade em alguns Municípios do interior de São Paulo.

Fica feito o registro: Fundação Maria Cecília do Souto Vidigal, muito obrigado, em nome da Frente Parlamentar da Saúde! Tenho certeza de que falo pela Comissão Especial também. Muito obrigado. (*Palmas.*)

Com a palavra o Vital. Didonet.

O SR. VITAL DIDONET - Só para situar, contextualizar, esse vídeo que vamos assistir agora: Eduardo é o Coordenador do Comitê pela Primeira Infância do Distrito Federal, um comitê criado pelo Governo do Distrito Federal, inicialmente, para elaborar o Plano Distrital pela Primeira Infância. Agora, um novo decreto transformou sua atribuição inicial, para acompanhar sua implementação. O Plano está sendo encaminhado para a Câmara Legislativa, para ser votado e aprovado



como lei do Distrito Federal. Nesse processo, sugerimos ao Eduardo escutar as crianças, como primeiro ponto para colher ideias para o Plano Distrital. Ele, como muita habilidade e competência, coordenou a elaboração desse trabalho. Uma colega de São Paulo, Naiana, veio prestar-lhe assessoria. Com técnicas muito adequadas, fizeram essa escuta das crianças.

Foram produzidos dois vídeos: um só sobre as crianças falando — vocês vão ver como elas agiram e atuaram —, e outro, que nós não vamos passar agora, sobre como se promove um processo de escuta de criança. O segundo vocês também vão encontrar no *site*. Depois, o Eduardo informa o endereço. Vocês podem assistir lá ou baixá-lo para ter nas suas reuniões com os professores.

Nós vamos passar só o primeiro, de 4 minutos apenas, por causa do adiantado da hora. O segundo vídeo tem 17 minutos, é didático, é como se fosse um *making of* da escuta das crianças, com o treinamento dos professores, a discussão das estratégias, a opinião dos pais. Uma das coisas que mais me tocaram nesse segundo vídeo é que a gente viu como mudou o olhar dos pais para os próprios filhos. Eles começaram a perceber isso nesse processo que eles acompanharam. Por exemplo, tem um momento em que as crianças ganham uma câmera fotográfica, vão para suas casas e fotografam o que acham bonito, o que acham feio, o que acham ruim, o que não gostam. Aí, revela-se a foto; projeta-se a foto; e a criança explica a foto.

Por exemplo, tem uma foto em que a criança fotografou um ônibus atravessando a rua. Disseram: *“Mas por que essa foto?” “É porque, do lado de lá, tem uma pracinha. Minha mãe não me deixa atravessar, eu não posso brincar porque não tem faixa de pedestre.”* Isso é orientação para uma política pública. Isso ocorreu lá na Ceilândia. É uma criança de Ceilândia, não da Estrutural.

Tem uma colega nossa da SESIPE que diz assim: *“Lá, numa favela, tiveram uma ideia genial de fazer um bicicletário, para os jovens poderem se deslocar para cá e para lá”*. Ela pensou: *“Que ideia genial!”* Aí ela ouviu as crianças dizerem o seguinte: *“Nós estamos tristes porque tomaram o nosso campinho de futebol”*.

O planejador urbano pensa que vai trazer uma solução genial para a favela, mas, pela nossa concepção adultocêntrica, só pensa no adulto e não pensa na criança. Se ele tivesse ouvido as crianças, saberia: *“Não, aqui não mexe. Aqui é o*



nosso campinho de futebol. Vamos buscar outro lugar para fazer o bicicletário ou, então, arrumar outro campo de futebol para a gente”.

Então, o escutar a criança é estratégico para a gente. O que os pais disseram depois desse processo de participar da escuta da criança? *“Meu filho sabe tanta coisa que eu não sabia que ele sabia! Ele conta coisa que eu jamais imaginei que passava pela cabeça dele, ou porque ele vê na televisão, ou porque ouve na rua, ou porque ouve na escola, ou porque os coleguinhas comentam.”* Então, a criança está muito além da nossa vã filosofia, que pensamos que a criança é ingênua, que a criança não tem percepções. Ela tem muita percepção. O problema é que a gente, não sabendo disso, não dialoga com ela, não troca ideia e, portanto, também passa também a ser autoritário.

Eduardo, vem cá! *(Pausa.)* Este é o Eduardo, Coordenador do Comitê *(palmas)*, que teve a genial ideia de colocar a escuta da criança como o primeiro capítulo do Plano Distrital pela Primeira Infância.

O SR. EDUARDO CHAVES DA SILVA - Boa noite!

Todo mundo já está com um pouco de pressa para buscar as crianças na escola, nesta hora. Quero também agradecer ao Dr. Osmar pela oportunidade de falar do Plano Distrital pela Primeira Infância aqui.

Não vou me alongar muito. No ano passado, vim aqui, num mesmo seminário sobre o tema, convidar vocês para participarem da elaboração do Plano Distrital. Exatamente 1 ano depois, eu quero convidá-los para ajudar a Secretaria da Criança e o Comitê Distrital pela Primeira Infância a fazer o monitoramento do Plano Distrital.

A gente já está muito cansada porque as normativas não saem e, quando saem, são engavetadas, assim como as dissertações e teses na universidade. Então, a gente quer fazer diferente agora e conta com vocês para isso. Portanto, deixo um convite mais uma vez, para que vocês nos ajudem nesse processo de ver o Plano na rua, ver o Plano efetivamente fazendo diferença na vida dessas crianças.

Agora vou exibir o vídeo, para a gente finalizar da forma mais bonita possível.

Obrigado, gente. *(Palmas.)*

(Exibição de vídeo.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Borghetti) - Vou aproveitar o fundo musical para, primeiro, parabenizá-los pela iniciativa deste vídeo carinhoso. Criança



fala o que sente e o que vê, não é, Didonet? E a gente tem realmente que escutar mais as crianças.

Eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a presença de todos, agradecer aos expositores, agradecer aos palestrantes. Mas, acima de tudo, gostaria de agradecer a esta Casa, ao Parlamento brasileiro, ao Presidente Henrique Eduardo Alves, que não mediu esforços e, logo que o Deputado Osmar Terra o procurou, entendeu a necessidade de, primeiro, criar a Frente Parlamentar da Primeira Infância e, depois, nessa ação também pioneira do nosso Osmar, de criar esta Comissão Especial que trata especificamente da primeira infância e, mais do que isso, desse marco legal, realmente juntando educação, saúde e direitos humanos, várias pastas numa lei geral que prioriza a primeira infância, de zero a 6 anos.

Eu acho que realmente o Brasil será outro e que as nossas crianças serão diferentes daqui para frente. Será um capítulo novo na história do Brasil, este Brasil de quinhentos e tantos anos que precisa avançar. E o Brasil vem crescendo rapidamente, mas é preciso investir, sim, na educação e na primeira infância.

A Gaby, com muita emoção e com orgulho, assim como o Bernardo, nos contava há pouco que as melhores creches do mundo estão em Monterrey, em meio a uma comunidade extremamente pobre e carente. Então, com as demonstrações de vocês, que vieram de várias partes do Brasil e também do mundo, como a Gaby e o Bernardo, que vêm lá do México, trazer a experiência de Monterrey, eu acho que é possível, sim, mudar o mundo, é possível mudar o Brasil através da educação e priorizar a primeira infância.

Quero, mais uma vez, parabenizar quem chegou aqui no início, conosco, às 8 horas da manhã, e ficou até agora, dada a importância do tema.

Antes de encerrar, quero pedir a Deus que abençoe todos vocês. Realmente, o poder é de Deus. Deus nos deu a vida e, com a vida, uma missão. Cada um de vocês uma missão, e a nossa missão é esta. Deus não coloca as pessoas em pontos diferentes, Deus coloca as pessoas nos pontos estratégicos. Se nós estamos aqui hoje é porque temos uma missão a cumprir. E nós vamos cumpri-la, Osmar.

Vou falar algo rapidamente. Já falamos tanto, mas eu vou falar por mais 1 minuto. Primeiramente, quando o Deputado Osmar Terra nos convidou para participar desse importante curso de liderança na Universidade de Harvard, há 2



anos, este foi um passo muito importante para esta Casa, também idealizado pelo Deputado Osmar, o pai de nossas crianças.

Depois, meses atrás, ele me telefonou e me perguntou: *“Escuta, Cida, você vai disputar as eleições este ano?”* Eu respondi: *“Vou. Se Deus quiser e o povo votar, eu vou disputar”*. Aí ele me perguntou: *“Mas vai disputar a majoritária?”* Eu disse: *“Não, mas a gente ainda não sabe. De repente...”* Aí ele me perguntou: *“Você topa assumir a Presidência da Comissão? Mas tem que ser votada também. Nós vamos abrir a votação. Topa colocar o seu nome?”*. Eu falei: *“Topo”*.

Em seguida, eu liguei para o Osmar e disse: *“Osmar, eu vou ajudar essa Comissão. Se eu estou dando minha palavra, você pode contar comigo. Eu vou largar tudo e vou me dedicar a essa Comissão”*. (Palmas.)

E eu tenho feito isso dentro de minhas possibilidades, conforme a nossa agenda corrida — sou mãe; dona de casa; empresária; tenho uma mãe de 88 anos; e uma família imensa —, sem descuidar, sem deixar cair os pratinhos. Os malabaristas não ficam girando os pratinhos? Então, a gente é assim: fica girando os pratinhos o dia inteiro, sem deixá-los cair.

Então, Osmar, pode contar comigo sempre. Quando o assunto for criança, for saúde das mulheres, for prevenção, esta Casa poderá contar comigo.

Encerro agradecendo à Assessoria da Comissão e da Frente Parlamentar, ao Gabinete do Deputado Osmar e também ao meu Gabinete, que não mediu esforços para nos ajudar.

Já falamos das datas dos nossos seminários. E acho que vamos marcar, para o ano que vem, o III Seminário Internacional, com sucesso. Não é, Ivânia? (Palmas.)

Que Deus possa nos iluminar e que possamos todos nos encontrar aqui, no ano que vem, não contando histórias, mas mostrando a realidade de um Brasil diferente.

Muito obrigada a todos. Boa tarde! (Palmas.)